

**HABEAS CORPUS Nº 515.370 - SP (2019/0168057-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO JORGE MUSSI**  
**IMPETRANTE** : CELSO SANCHEZ VILARDI E OUTROS  
**ADVOGADOS** : CELSO SANCHEZ VILARDI - SP120797  
RENATA HOROVITZ KALIM - SP163661  
**ADVOGADOS** : DOMITILA KOHLER - SP207669  
RODRIGO VILARDI WERNECK - SP374837  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : MILTON ÁLVARO SERAFIM

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de MILTON ÁLVARO SERAFIM, apontando como autoridade coatora a 15ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento do HC n. 2273681-58.2018.8.26.0000.

Noticiam os autos que o paciente foi denunciado como incurso no artigo 316 do Código Penal.

Sob o argumento de que a magistrado singular teria impedido a defesa de formular perguntas à testemunha arrolada pelo corréu, a defesa impetrou prévio *writ* na origem, que não foi conhecido.

Contra tal decisão, foi impetrado neste Sodalício o HC 505.761/SP, cuja ordem foi concedida de ofício para determinar que a Corte Estadual apreciasse o mérito do *mandamus* lá impetrado, como entender de direito.

Sobreveio novo julgamento do remédio constitucional na origem, oportunidade em que a ordem foi denegada.

Sustentam os impetrantes que uma das testemunhas de um dos corréus teria apresentado versão inédita sobre os fatos, citado expressamente o paciente, razão pela qual a sua defesa teria o direito de inquiri-la, sob pena de ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa.

Requerem, liminarmente, o sobrestamento da ação penal até o julgamento definitivo do presente *mandamus*, e, no mérito, pugnam pela concessão da ordem para que seja anulada a partir do depoimento das testemunhas ouvidas na audiência de 11.12.2018.

É o relatório.

Inicialmente, cumpre atestar a inadequação da via eleita para a insurgência contra o ato apontado como coator, pois o ordenamento jurídico prevê recurso específico para tal fim, nos termos do artigo 105, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, circunstância que impede o seu formal conhecimento, conforme entendimento pacífico no âmbito desta Corte Superior de Justiça.

Superado esse óbice, verifica-se que a alegada ilegalidade do indeferimento do pedido de formulação de perguntas à testemunha arrolada pelo corréu não foi alvo de deliberação pela Corte Estadual no aresto impugnado, circunstância que impede qualquer manifestação deste Sodalício sobre o tópico, sob pena de se configurar a prestação jurisdicional em indevida supressão de instância.

A propósito:

*PENAL E PROCESSO PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. 1. CRIME DE FALSO TESTEMUNHO. AUSÊNCIA DE REINQUIRÇÃO. TEMA NÃO ANALISADO PELA CORTE LOCAL. NÃO OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. 2. CONCURSO DE AGENTES. ADVOGADO DENUNCIADO COMO PARTÍCIPE. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. 3. RECURSO EM HABEAS CORPUS PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA PARTE, DESPROVIDO.*

*1. O Tribunal de origem não apreciou o fato de que não houve a reinquirição das testemunhas. O instrumento processual correto para se sanar eventual omissão são os embargos de declaração, os quais não foram opostos pelo recorrente. Assim, não tendo a Corte local se manifestado sobre o tema, tem-se supressão de instância, o que inviabiliza o exame do tema pelo Superior Tribunal de Justiça.*

*(...)*

*3. Recurso em habeas corpus parcialmente conhecido e, nessa parte, desprovido.*

*(RHC 106.395/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 26/03/2019, DJe 16/04/2019)*

Na mesma esteira:

*AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM HABEAS CORPUS. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ATIPICIDADE DA CONDUTA. QUESTÃO NÃO APRECIADA PELA ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PROCESSO PENAL. PRINCÍPIO DA BUSCA DA VERDADE REAL. INCOMPATIBILIDADE COM O ART. 341 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.*

*1. Uma determinada questão só será considerada analisada pela Corte de origem quando expressamente apreciada e resolvida no mérito. A mera indicação, no acórdão impugnado, das teses defensivas formuladas, não é suficiente para afastar a conclusão relativa à supressão de instância.*

*(...)*

*4. Agravo regimental improvido.*

*(AgRg no RHC 102.220/SC, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 02/04/2019, DJe 10/04/2019)*

Com efeito, a Corte de origem consignou que "a questão envolve a valoração das alegadas provas e, inclusive, encontra-se pendente de apreciação pela autoridade apontada como coatora vez que suscitada pelo paciente em suas alegações finais como preliminar, situação que inviabiliza sua apreciação na estreita via do habeas corpus" (e-STJ fl. 175), entendimento que se encontra em consonância com a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça:

*AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. ART. 349-A E ART. 312, AMBOS DO CÓDIGO PENAL E ART. 35, C/C ART. 40, INCISOS I E II, AMBOS DA LEI N.*

11.343/06. SUPERVENIÊNCIA SENTENÇA CONDENATÓRIA. PACIENTE QUE RESPONDEU PRESO A TODA AÇÃO PENAL. SECREGAÇÃO JUSTIFICADA E NECESSÁRIA. EXPEDIÇÃO DE GUIA DE EXECUÇÃO PROVISÓRIA PELO JUÍZO DA CONDENAÇÃO COM O REGIME COMPATIBILIZADO. DETRAÇÃO. SUPRESSÃO INSTÂNCIA. APELAÇÃO INTERPOSTA PELA DEFESA PENDENTE DE JULGAMENTO NO TRIBUNAL DE ORIGEM. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

(...)

*III - As demais teses não foram objeto de análises pelo v. acórdão impugnado (regime prisional e detração), uma vez que o mesmo não conheceu do mandamus originário nestas questões (fl. 27). Lado outro, está pendente de julgamento recurso de apelação interposto pela defesa do paciente na eg. Corte a quo, de modo que não é acertado se ter como definitivo o resultado do julgamento proferido nas instâncias ordinárias, tornando qualquer provimento deste Superior Tribunal, em sede mandamental, inequívoca supressão de instância.*

(...)

*Agravo regimental desprovido.*

*(AgRg no HC 494.950/MG, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 07/05/2019, DJe 13/05/2019)*

No mesmo diapasão:

*RECURSO EM HABEAS CORPUS. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. PRISÃO PREVENTIVA. ART. 312 DO CPP. DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. PERICULUM LIBERTATIS. FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE. REGIME INICIAL FECHADO. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. RECURSO NÃO PROVIDO.*

(...)

*5. A matéria relativa ao regime inicial não foi efetivamente analisada pelo Tribunal de Justiça estadual, o que não autoriza a inauguração, neste ponto, da competência do Superior Tribunal de Justiça. Não pode esta Corte, portanto, conhecer diretamente do ponto, sob pena de inadmissível supressão de instância. Ademais, consta apelação pendente de julgamento, oportunidade em que o tema será mais bem debatido, em razão da sua amplitude.*

*6. Recurso não provido.*

*(RHC 106.313/PA, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 11/04/2019, DJe 26/04/2019)*

Ante o exposto, com fundamento no artigo 210 do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **indefer-se liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao arquivo.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator

